



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INDICAÇÃO (Da Sra. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE e do Sr. GUILHERME BOULOS)

Apresentação: 04/12/2023 13:38:40.157 - CASI

REQ n.100/2023

Requer a constituição de Grupo de Trabalho destinado a fiscalizar e a acompanhar as medidas tomadas pela empresa Braskem e pelo Poder Público frente ao iminente desastre de colapso de mina subterrânea em Maceió, AL.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência a constituição de Grupo de Trabalho destinado a acompanhar as medidas tomadas pela empresa Braskem e pelo Poder Público frente ao iminente desastre de colapso de mina subterrânea em Maceió, AL.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme amplamente noticiado, há o risco iminente de colapso da mina da Braskem, localizada no bairro Mutange, em Maceió - AL, abrindo uma cratera de mais de 152 metros de raio, ocasionado por conta do afundamento do solo causado pela mineração para extração de sal-gema.

As ações da Braskem são responsáveis pelo afundamento do solo nos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Em 2018, a população foi evacuada e os locais estão desocupados, ocorrendo o deslocamento de quase 60 mil pessoas ao longo dos últimos cinco anos, afetando cerca de mais de 200 mil pessoas.

O coordenador da Defesa Civil Estadual declarou que a mina 18, a prevista para colapsar, afundou 1 metro e 6 centímetros do solo nas últimas 48 horas, atingindo uma taxa de 53 cm de afundamento do solo por dia e velocidade de 2,6 centímetros por hora.

A área de risco foi ampliada por determinação judicial, incluindo 1.700 lotes que agora exigem a retirada dos moradores. Cada lote abriga, no mínimo, uma residência.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Há a estimativa de que o problema afete cerca de 55 mil pessoas em cinco bairros da cidade.

Essa situação é resultado de décadas de exploração de minas de sal-gema, iniciada na década de 1970 pela Salgema Indústrias Químicas S.A, e posteriormente incorporada à Braskem em 2002. Desde os anos 80, pesquisadores alertam para os riscos de vazamento e de afundamento da região.

A situação é gravíssima, tendo iniciado com abalos sísmicos desde o ano de 2018. Apenas em 2019, a empresa encerrou a extração de sal-gema e iniciou o fechamento das minas após ser responsabilizada pelo surgimento de rachaduras em casas e ruas. A cidade de Maceió conta atualmente com 35 minas em seu subsolo.

No entanto, 47% da estrutura societária da empresa pertence à Petrobrás, empresa pública de capital aberto. Portanto, quase metade da composição societária pertence a uma empresa pública da União, motivo pelo qual se faz necessário o acompanhamento e fiscalização das medidas tomadas frente ao desastre por esta Comissão Parlamentar.

Eis as justificativas da presente propositura que submeto à avaliação dos nobres legisladores.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE

Deputada Federal PSOL/SP

GUILHERME BOULOS

Deputado Federal PSOL/SP

Sala das Comissões,

